
A *terra sigillata* do fundeadouro¹ de Tróia

CRISTÓVÃO PIMENTEL FONSECA*

R E S U M O A *terra sigillata*, objecto desta publicação, integra a colecção de materiais arqueológicos de época romana provenientes de meio aquático, do fundão de Tróia, depositadas no Centro Português de Actividades Subaquáticas.

Apesar destas peças não terem sido recolhidas numa efectiva contextualização deposicional, são importantes indicadores de cronologias e proveniência de importações. Através da análise tipológica é possível aflorar algumas problemáticas.

Este trabalho pretende ser um primeiro passo para o estudo exaustivo e o levantamento sistemático desta área fluvial com características naturais propícias para fundear embarcações. Trata-se de um espaço fundamental não só para a compreensão da dinâmica da frente ribeirinha do centro industrial de preparados piscícolas de Tróia, mas também, a dinâmica do próprio estuário do Rio Sado na Antiguidade.

A B S T R A C T The *terra sigillata*, subject of this paper, is part of the collection of underwater archaeological finds of roman period that came from the whirl-pool of Tróia, deposited in the *Centro Português de Actividades Subaquáticas*.

Although these objects were collected without an effective depositional context, they are important indicators of chronologies and provenience of importations. Through the typological analysis is possible to approach some problems.

This work meant to be the first step to the exhaustive study and systematic treatment of this fluvial area with natural characteristics proper to anchor boats. It is a fundamental space, not only, for the understanding of the waterfront of Tróia's industrial centre of fish preserves, but also, the dynamic of River Sado's estuary in Antiquity.

0. Introdução

O trabalho que agora se apresenta tem como objectivo abordar o conjunto da *terra sigillata* recolhida em meio aquático, na área do fundão de Tróia (Fig. 1).

O estudo deste tipo de cerâmica assume um lugar de eleição para os investigadores da arqueologia romana. A anterior valorização estética destas produções cerâmicas, deu lugar, actualmente, à sua abordagem enquanto fósil-director, que permite estabelecer cronologias relativamente finas para um determinado estrato ou contexto arqueológico.

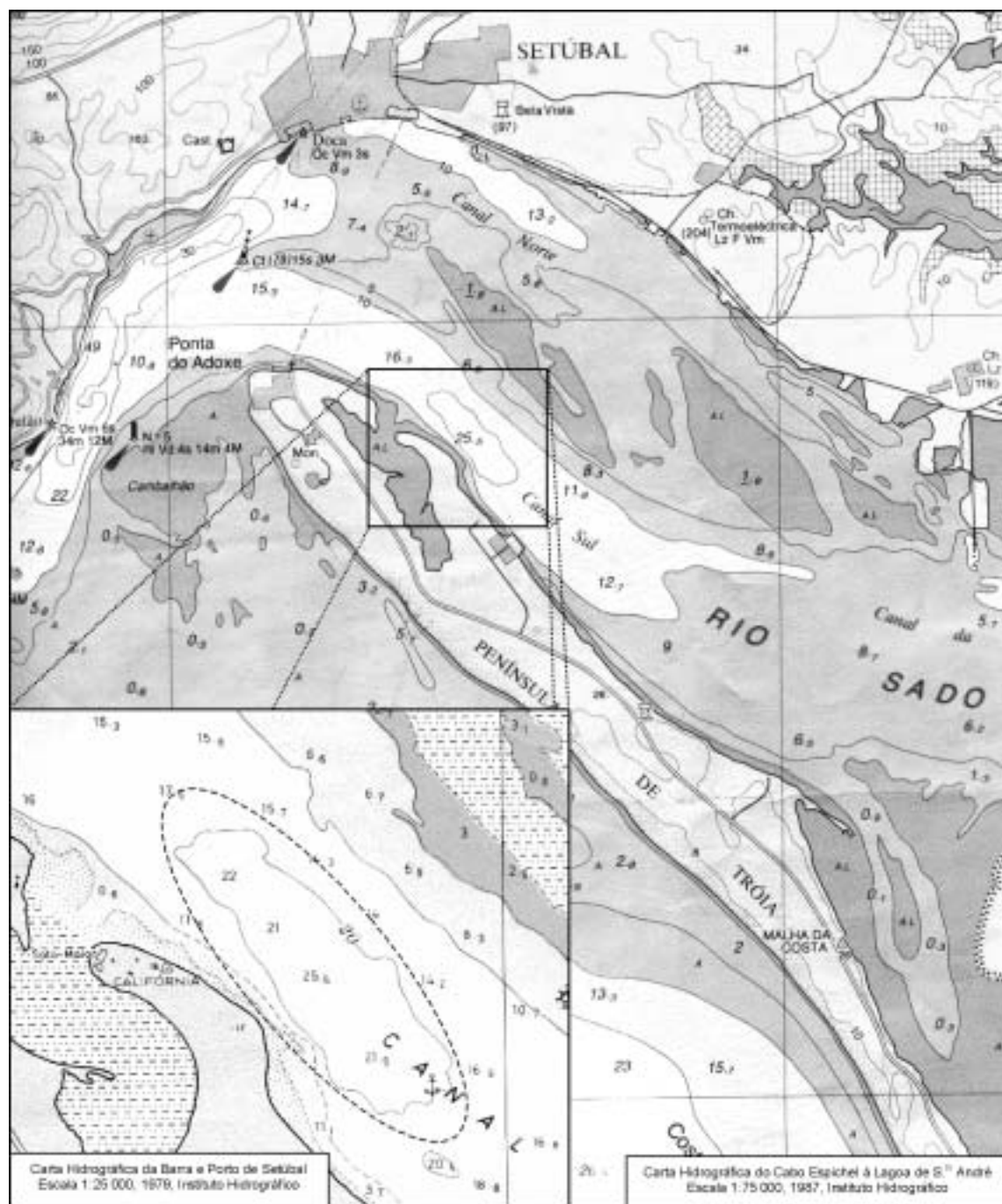


Fig. 1 Mapa de enquadramento do fundão de Tróia no estuário do Sado.

A aplicação das metodologias de análise de fabricos e tipologias à presente colecção apresenta alguns problemas, mas simultaneamente, permite retirar algumas conclusões sobre a ocupação da península de Tróia e do seu entorno estuarino. Todas estas questões terão uma abordagem detalhada ao longo do texto.

O conjunto de cerâmicas em estudo, assim como os restantes materiais recolhidos no fundão de Tróia (nomeadamente, ânforas e moedas do período romano), fazem parte da colecção de

arqueologia depositada no Centro Português de Actividades Subaquáticas (CPAS). Esta colecção tem vindo a ser inventariada por Maria Luísa Blot com o objectivo de dinamizar "...uma apresentação museográfica empenhada na divulgação de um todo representado pelos vestígios dos gestos humanos em meio aquático..." (Blot, 1999, p. 189).

Neste sentido, o presente trabalho pretende ser um contributo para o estudo e interpretação destes materiais, ao mesmo tempo que se inicia uma abordagem ao próprio contexto subaquático ao largo do complexo industrial romano de Tróia, de forma a delinear e incentivar o rumo de futuras investigações.

Os materiais romanos da colecção proveniente do fundão de Tróia, foram recolhidos entre 1958 e 1974 por mergulhadores amadores filiados ao próprio CPAS.

Estas intervenções foram acompanhadas pelos respectivos directores do Museu Nacional de Arqueologia, Manuel Heleno e Fernando de Almeida, desempenhando o apoio de superfície sem, no entanto, terem contactado directamente com as condições deposicionais da área submersa.

Tratou-se de uma recolha condicionada pelo desconhecimento, por parte dos intervenientes, dos métodos e práticas adequados para o desempenho de uma campanha de arqueologia subaquática, como hoje a entendemos. Assim, não foram efectuadas leituras estratigráficas ou identificadas quaisquer realidades contextuais.

Segundo Margarida Farrajota, actual presidente do CPAS e mergulhadora participante do projecto, as condições de má visibilidade impediram a observação e percepção da natureza e características do fundão. Todavia, a densidade dos vestígios, testemunhada pelos mergulhadores, sugere uma riqueza material excepcional, característica frequente dos fundeadouros da Antiguidade.

A intervenção dos mergulhadores do CPAS no fundão de Tróia caracterizou-se pelo modo pioneiro de abordagem, na época, dos sítios arqueológicos subaquáticos. Este modo precedeu a actuação dos arqueólogos (então ainda não mergulhadores) em arqueossítios subaquáticos, e a respectiva orientação de equipas de mergulhadores não arqueólogos.

Assim, parece desde já relevante referir que a amostra em causa limita, de certa forma, eventuais conclusões de conjunto. Sendo o universo material do fundão de Tróia muito superior ao conjunto que é aqui estudado, a amostra corresponde, naturalmente, a um reflexo fragmentário da natureza deste mesmo universo.

Agradecimentos

Gostaria ainda de demonstrar, neste capítulo introdutório, o meu agradecimento a todos aqueles que contribuíram e tornaram possível a concretização deste trabalho, nomeadamente, ao Centro Português de Actividades Subaquáticas, na pessoa da sua presidente, Dr.^a Margarida Farrajota, por todo o apoio técnico prestado e a confiança depositada. À Dr.^a Maria Luísa Blot, pelo acompanhamento e orientação, tendo estabelecido o primeiro contacto com os materiais estudados. Agradece-se a disponibilidade e o apoio do Prof. Doutor Carlos Fabião, da Dr.^a Catarina Viegas, do Dr. Eurico Sepúlveda e do Dr. Rodrigo Banha da Silva na análise das peças e bibliografia cedida. Um agradecimento especial à Carla Fernandes por todo o apoio, incentivo e paciência.

1. A *terra sigillata* do fundão de Tróia

1.1. Considerações gerais

O presente capítulo procura caracterizar os critérios e directrizes seguidas na abordagem da *terra sigillata*.

As cerâmicas romanas ditas finas (assim como ânforas e moedas) são elementos que contribuem, não só para uma atribuição cronológica e cultural a um determinado contexto arqueológico, mas também para estabelecer e reconhecer relações a longa distância (trocas, comércio e intercâmbio) entre áreas por vezes bastante longínquas.

No entanto, este tipo de materiais apresenta limitações ao nível do conhecimento da dinâmica de interdependência à escala local e regional. Actualmente, esta abordagem é possível, principalmente, através do estudo da cerâmica comum.

Alguns problemas na análise do conjunto cerâmico prendem-se, de maneira geral, com a escassez de dados disponíveis para os momentos iniciais da produção dos diferentes fabricos de *terra sigillata*, ou informações pouco precisas referentes a determinados centros produtores. Exemplo desta última situação é a cronologia das formas das produções hispânicas de Tricio (baseadas na estratigrafia de Pamplona, com balizas cronológicas demasiado amplas condicionando a precisão das mesmas) apesar das últimas investigações terem melhorado significativamente o panorama dos conhecimentos neste domínio (Roca Roumens e Fernández García, 1999).

Os trabalhos mais recentes sobre *terra sigillata* optam, muitas vezes, pela omissão da descrição das características das pastas e dos engobes, assim como da representação em desenho. Esta atitude é justificada pelo facto de se tratarem de realidades muito estandardizadas, onde as variações textuais não têm grande significado.

A análise dos vários estudos que incidem sobre a temática da *terra sigillata* revela que se torna necessário, antes de mais, abordar o conjunto cerâmico tendo em consideração que o mesmo se reporta a um universo geográfico e cultural específico. Apesar de estar inevitavelmente ligado a uma rede complexa de interdependências, o conjunto em causa é, em termos últimos, um conjunto único. Isto porque, as dificuldades de análise na definição dos vários fabricos, origens, e tipologias, levam a que a comparação de diferentes colecções (que se reportam a diferentes contextos) dificultem ainda mais essa mesma caracterização.

1.2. Base de dados e descrição da *terra sigillata*

O modelo descritivo empregue na caracterização do conjunto cerâmico tem como principal objectivo retractar, de forma sistemática e sintética, cada uma das peças (através dos quadros descritivos 1, 2 e 3) e, simultaneamente, permitir o estabelecimento de comparações e analogias dentro do próprio conjunto, e entre este e colecções de semelhante perfil.

1.2.1. Medições

Foram consideradas como relevantes as seguintes medidas:

Altura	Espessura	Diâmetro
altura	espessura do bordo	diâmetro externo do bordo
altura do pé	espessura do bojo	diâmetro interno do bordo
	espessura máxima	diâmetro externo da base
	espessura do pé	diâmetro interno da base

1.2.2. Pasta e engobe (*glanztonfilm*)

Quanto às características da pasta e do engobe, várias foram as dificuldades que surgiram, tanto na delimitação inicial dos critérios a considerar, como no próprio decurso da análise das peças. Além do facto de se tratar de parâmetros com um certo grau de relatividade, há que ter sempre em consideração os factores pós-deposicionais, que neste caso concreto, podem ter afectado de forma acentuada os materiais, do ponto de vista químico e físico.

A observação da textura da pasta e dos seus componentes (nomeadamente, elementos não plásticos), foi executada com o recurso a uma lupa binocular com uma graduação de 10X de aumentos², que corresponde às indicações metodológicas de Teresa Pires de Carvalho, também seguidas por Catarina Viegas no estudo das *sigillatae* da Alcáçova de Santarém (Viegas, 2001, p. 33)

A mesma autora distingue 3 níveis de textura (Carvalho, 1998, p. 17):

- *pastas finas* – apresentam uma superfície lisa, cuja granulometria é difícil de ver a olho nu, ou com o auxílio de lupa;
- *pastas médias* – nas quais a superfície de fractura já não se apresenta tão regular, sendo perceptíveis à lupa as variações de textura;
- *pastas grosseiras* – mesmo sem recorrer à utilização da lupa com 10X aumentos, podem ser verificadas as irregularidades granulométricas.

Quanto aos elementos não plásticos, reconhecesse que este é um critério pouco utilizado pela maior parte dos investigadores na classificação da cerâmica fina de mesa, ou pelo menos, é referido nas observações gerais de forma relativamente lacunar. No entanto, a verificação de tais elementos não deixa de ser claramente visível nas *sigillatae* africanas, e também com uma certa frequência nas produções hispânicas, galo-romanas e até mesmo nos exemplares itálicos (apesar de nestes últimos casos os elementos desengordurantes apresentarem uma dimensão extremamente reduzida).

Trata-se de um parâmetro importante pois além de ser mais um elemento classificativo, os vestígios petrológicos podem apontar pistas relevantes na delimitação geográfica da origem dos barreiros utilizados para extracção de matéria-prima essencial para a produção cerâmica. De qualquer forma, é imprescindível ter em conta que estes elementos não plásticos não são inseridos propositadamente pelos oleiros, ao contrário do que acontece regularmente com outros tipos de cerâmica onde desempenhariam funções desengordurantes. Na *terra sigillata* a ausência/presença em número e dimensão de elementos não plásticos permite avaliar se o barro foi submetido a um processo de depuração mais ou menos cuidado.

A homogeneidade da pasta é outro dos critérios a ter em conta, na medida em que reflecte a frequência dos vários componentes que caracterizam a pasta, quer se trate do próprio barro ou de elementos exógenos. Assim, a pasta será tanto mais homogénea, quanto mais depurada se apresentar, aparentando uma uniformidade de aspecto, textura e coloração.

Para os valores da cor, tanto para a pasta como para o engobe, foi utilizado o código de cores *Munsell Soil Color Charts* (1994). A análise da coloração foi executada com a presença de iluminação natural e a observação decorreu genericamente à mesma hora do dia, de forma a obter uma maior uniformidade de critérios.

No que toca ao brilho do engobe, foram atribuídos os seguintes valores:

Sigillata itálica	Sigillata galo-romana e hispânica	Sigillata africana
brilho acetinado	muito brilhante	lustroso
	brilhante	mate
	brilhante/mate	baço
	mate	

A espessura do engobe é por seu lado caracterizada por duas modalidades: fino e espesso. Apesar de reconhecer as evidentes limitações deste critério, que se acentuam devido ao estado de conservação em que se encontram as peças, é possível reconhecer uma tendência para as produções itálicas, galo-romanas e hispânicas apresentarem um engobe espesso, enquanto que os engobes dos exemplares de *sigillata* clara africana são, na sua maioria, de espessura fina, ou de fraca qualidade.

Tal como a pasta, o engobe também é caracterizado pelo seu grau de homogeneidade, onde se tem em conta a sua distribuição pela peça e a sua qualidade. Mais uma vez, o estado de conservação das peças interfere na aplicação da metodologia de análise.

O grau de dureza da pasta e o nível de aderência do engobe foram integrados no campo das observações, visto serem de todos os parâmetros os que são mais condicionados pelos efeitos pós-deposicionais e sendo assim de percepção analítica mais difícil. É ainda referido neste capítulo o grau de rolamento dos fragmentos, elemento a ter em consideração aquando da definição tipológica dos mesmos.

Assim, e como já foi diversas vezes referido, o contexto de deposição do fundão condicionou as características físicas dos materiais, principalmente se tivermos em conta de que se trata de um ambiente aquático onde as variações ambientais são constantes. Por exemplo, o brilho do engobe pode muitas vezes não corresponder à sua forma original acabando por ser imperceptível. Também a pasta pode sofrer alterações significativas ao nível da coloração, à semelhança do que já foi verificado em ânforas recolhidas em meio aquático.

1.2.3. Classificação e tipologia

Para a classificação tipológica recorreu-se às seguintes obras:

- *itálica*: Ettliger (1990); Passelac e Vernhet (1993a); Pucci (1980).
- *sudgálica*: Bémont e Jacob (1986); Passelac e Vernhet (1993b); Polak (2000).
- *hispânica*: Mezquíriz (1985); Roca Roumens e Fernández García (1999).
- *clara africana*: Hayes (1972 e 1980); Carandini (1981).
- carácter geral: Beltrán Lloris (1990).

A metodologia descrita no ponto 1.2. e subpontos correspondentes será então aplicada ao estudo da *terra sigillata* do fundão de Tróia. Para tal, foram elaboradas tabelas nas quais se sistematiza e sintetiza a informação mais relevante sobre cada uma das peças inventariadas.

Assim, a informação é apresentada sob a forma de três quadros temáticos:

- Quadro 1 – regista-se o fragmento em questão (bordo, bojo ou fundo), a origem (assinalando a área de fabrico), a tipologia (de acordo com as obras de referência supra citadas), a cronologia (época de fabrico) e observações relevantes (nomeadamente, decoração e grafitos);
- Quadro 2 – onde são registadas as medições consideradas mais significativas para a análise das diferentes peças, de acordo com os critérios acima mencionados;
- Quadro 3 – onde se registam os aspectos caracterizadores da pasta e do engobe das peças.

Quadro 1. Tabela geral da terra sigillata do fundão de Tróia.

N.º	Fragmento	Origem	Tipologia	Cronologia	Observações
1	bordo; bojo	TSCL C	Hayes 52B	280/300-400/420	dec. coelho aplicado
2	bojo; fundo; pé	TSTI	Consp. 50.4.2	75-120	dec. barbotina
3	fundo; pé	TSS	Drag. 18/31	40-140	grafito
4	fundo; pé	TSS	Drag. 18/31	40-140	marca de oleiro; grafito
5	fundo; pé	TSH	Drag. 15/17	100-200	—
6	bojo; fundo; pé	TSH	Drag. 33	50-200	—
7	fundo; pé	TSS	Drag. 18/31R?	40-100	—
8	bordo; bojo; fundo	TSS	Drag. 18/31	40-140	—
9	bojo	TSCL D	Hayes 67?	360-470	dec. estampada
10	bordo; bojo	TSS	Drag. 30	40-110	dec. com óvulos
11	bordo; bojo	TSS	Drag. 18/31	40-140	—
12	bordo; bojo	TSS	Ritt 8	30-60	—
13	bordo; bojo	TSH	Drag. 27	40-200	—
14	bordo; bojo	TSS	Drag. 18/31	40-140	—
15	bojo; meia cana	TSH	Drag. 15/17	100-200	—
16	completa	TSH	Drag. 24/25	50-200	dec. guilhoché fino
17	bordo; bojo	TSS	Drag. 15/17R	50-100	—
18	bordo; bojo	TSH	Drag. 29/37?	50-200	—
19	fundo; pé	TSCL D	Hayes 91B	450-530	dec. roletada
20	fundo; pé	TSCL A	Indet.	—	—
21	bordo; bojo	TSCL A	Hayes 8A	80/90-160+	dec. roletada
22	fundo; pé	TSH	Prato indet.	—	—
23	bojo	TSCL D	Hayes 58B	290/300-375	—
24	bojo	TSH	Indet.	—	dec. guilhoché grosseiro
25	bojo; fundo; pé	TSS	Drag. 18/31	40-140	—
26	bordo; bojo	TSS	Drag. 15/17	30-100	—
27	fundo; pé	TSS	Drag. 15/17	30-100	—
28	bordo; bojo	TSS	Drag. 15/17R	50-100	—
29	bojo	TSH	Taça indet.	—	—
30	bojo; fundo; pé	TSS	Drag. 27	10-100	—
31	bordo; bojo; carena	TSH	Drag. 24/25	50-200	dec. guilhoché fino
32	bojo; meia cana	TSS	Drag. 15/17R	50-100	—
33	bordo; bojo	TSH	Drag. 15/17?	100-200	frag. diminuto
34	bordo; bojo	TSH	Drag. 15/17?	100-200	frag. diminuto
35	bojo	TSS	Indet.	—	frag. diminuto
36	bojo; meia cana	TSH	Drag. 15/17	100-200	—
37	bordo; bojo	TSS	Drag. 33	30-140	—
38	bordo; bojo; carena	TSI	Consp. 33.4.1	20-100	—
39	Bojo	TSS	Prato indet.	—	—
40	bojo	TSS	Drag. 27	10-100	—
41	bojo	TSCL C	Indet.	—	—
42	bojo; carena	TSS	Ritt. 5B	20-40	dec. guilhoché fino
43	bojo	TSH	Drag. 35/36	60/70-200	—
44	bojo	TSH	Indet.	—	frag. diminuto

Quadro 1. Tabela geral da terra sigillata do fundão de Tróia [cont.].

N.º	Fragmento	Origem	Tipologia	Cronologia	Observações
45	bojo	TSH	Taça indet.	—	—
46	bojo	TSS	Taça indet.	—	—
47	bojo	TSCL D	Hayes 61A	325-400/420	—
48	bordo; bojo	TSS	Drag. 18/31R?	40-100	—
49	bojo	TSS	Indet.	—	—
50	bordo; bojo	TSH	Indet.	—	—
51	bojo	TSH	Taça indet.	—	—
52	fundo; pé	TSH	Drag. 29/37	50-200	dec. moldada
53	fundo; pé	TSS	Drag. 24/25	20-60	—
54	fundo; pé	TSH	Drag. 29/37?	50-200	—
55	fundo; pé	TSH	Indet.	—	frag. diminuto
56	bojo	TSH	Indet.	—	—
59	bojo; meia cana	TSS	Drag. 15/17R	50-100	—
60	bojo	TSH	Drag. 15/17	30-100	—
61	bordo; bojo	TSH	Indet.	—	—
62	bordo; bojo	TSS	Drag. 27	10-100	—
63	bojo	TSCL A	Indet.	—	—
64	bojo	TSCL A	Indet.	—	—
65	bojo	TSCL A	Hayes 8A	80/90-160+	dec. roletada
66	bojo	TSCL D	Hayes 58B	290/300-375	—
67	bojo	TSCL?	Indet.	—	—
68	bojo	TSCL?	Indet.	—	—
69	bojo	TSCL?	Indet.	—	frag. diminuto
70	bojo	TSCL D	Hayes 58B	290/300-375	superfície interna mt rugosa
71	bordo em aba; bojo	TSCL D	Hayes 67	360-470	2 frags. unidos c/ 2 gatos
72	bordo em aba; bojo	TSCL C?	Hayes 59B	320-420	—
73	fundo; pé	TSCL?	Indet.	—	—

TSI - terra sigillata itálica; TSTI - terra sigillata tardo-itálica; TSS - terra sigillata sudgálica; TSH - terra sigillata hispânica; TSCL - terra sigillata clara africana; 1 - peça com desenho.

Quadro 2. Tabela de medições (mm).

N.º	Altura	Altura do pé	ESPESSURA				DIÂMETRO			
			bordo	bojo	pé	máxima	Bordo		Base	
							externo	interno	externo	interno
1	16	—	3	3	—	4	149	113	—	—
2	55	11,5	—	5	6	17,5	—	—	63	55
3	19	11,5	—	—	7,5	7,5	—	—	84	76
4	23	9,5	—	—	6	10	—	—	94	88
5	20	10	—	—	6,6	7	—	—	71	61
6	28	10,5	—	4,5	8	8,5	—	—	49	38
7	28	14,5	—	5	8,5	11	—	—	116	101
8	26	—	3,5	5	—	7,5	162	154	—	—
9	—	—	—	8	—	8,8	—	—	—	—
10	39	—	5	5	—	5,5	151	141	—	—
11	20	—	4,5	3,5	—	4,5	177	169	—	—
12	20,5	—	3,5	4	—	4,5	99	91	—	—
13	44	—	4,5	3	—	4,5	119	110	—	—
14	26	—	4	5,5	—	6	156	147	—	—
15	—	—	—	5	—	7	—	—	—	—
16	52	6	3	5	7,5	7,5	102	94	37	23
17	27	—	5	4,5	—	6	162	155	—	—
18	34,5	—	4,5	4	—	6	200	192	—	—
19	15,5	3	—	—	5	7	—	—	137	128

Quadro 2. Tabela de medições (mm) [cont.].

N.º	Altura	Altura do pé	ESPESSURA				DIÂMETRO			
			bordo	bojo	pé	máxima	Bordo		Base	
							externo	interno	externo	interno
20	11	1	—	4,5	3	5,5	—	—	53	48
21	19,5	—	3,5	4,5	—	7,5	124	119	—	—
22	—	9	—	—	6,5	9,5	—	—	—	—
23	30,5	—	—	6	—	10	—	312	—	—
24	—	—	—	7,5	—	9,5	—	—	—	—
25	23	10,5	—	3,5	7,5	8	—	—	93	87
26	17	—	2,5	4,5	—	5	125	119	—	—
27	19,5	10,5	—	—	4,5	7,5	—	—	67	62
28	21,5	—	4	5	—	7	204	198	—	—
29	—	—	—	4	—	4,5	—	—	—	—
30	29,5	8,5	—	5,5	5,5	6	—	—	50	43
31	20	—	3	3,5	—	5,5	76	70	—	—
32	—	—	—	4,5	—	5,5	—	—	—	—
33	—	—	4	3,5	—	4	—	—	—	—
34	—	—	4	4	—	4	—	—	—	—
35	—	—	—	5	—	5	—	—	—	—
36	—	—	—	5	—	6,5	—	—	—	—
37	22	—	4,5	3,5	—	4,5	206	179	—	—
38	20	—	2	3,5	—	7,5	91	87	—	—
39	—	—	—	7	—	9	—	—	—	—
40	—	—	—	5,5	—	6	—	—	—	—
41	—	—	—	3,5	—	4	—	—	—	—
42	—	—	—	6	9	—	—	—	—	—
43	—	—	—	4	—	4,5	—	—	—	—
44	—	—	—	6,5	—	6,5	—	—	—	—
45	—	—	—	5	—	5	—	—	—	—
46	—	—	—	3,5	—	4	—	—	—	—
47	—	—	6,5	7	—	9,5	—	—	—	—
48	33,5	—	4	4	—	5,5	193	185	—	—
49	—	—	—	7	—	7	—	—	—	—
50	22	—	4	4,5	—	5	148	141	—	—
51	—	—	—	5	—	6	—	—	—	—
52	29	9	—	7,5	7	9	—	—	86	73
53	15,5	7,5	—	—	5,5	7	—	—	54	44
54	17,5	5	—	—	5	11	—	—	67	59
55	—	—	—	4	—	4,5	—	—	—	—
56	—	—	—	5	—	5,5	—	—	—	—
57	—	—	—	6,5	—	9,5	—	—	—	—
58	—	—	—	4	—	4,5	—	—	—	—
59	—	—	—	6	—	8,5	—	—	—	—
60	—	—	—	4,5	—	5	—	—	—	—
61	—	—	4,5	4	—	4,5	—	—	—	—
62	15,5	—	4,5	2	—	4,5	91	82	—	—
63	—	—	—	7	—	7,5	—	—	—	—
64	—	—	—	5	—	6	—	—	—	—
65	—	—	—	4,5	—	6	—	—	—	—
66	—	—	—	7	—	7	—	—	—	—
67	—	—	—	4	—	4,5	—	—	—	—
68	—	—	—	7	—	7,5	—	—	—	—
69	—	—	—	5	—	5,5	—	—	—	—
70	—	—	—	6,5	—	7,5	—	—	—	—
71	60	—	11	6	—	11	332	307	—	—
72	30	—	4	3	—	4,5	334	289	—	—
73	27,5	10	—	5	5,5	7,5	—	—	111	104

Quadro 3. Tabela de caracterização das pastas e engobes.

N.º	textura	PASTA			ENGOBE				Observ.
		homog	e.n.p.s	cor	brilho	espessura	homog	cor	
1	média/gross.	hom.	quartzo; calc.	2.5YR 6/6	mate	fino	hom.	2.5YR 6/8	—
2	fina	hom.	—	5YR 7/4	bril. acet.	esp.	hom.	2.5YR 4/8	friável
3	média	pc hom.	mosc.; calc.	2.5YR 6/6	mate	esp.	hom.	2.5YR 4/6	rolada
4	média	hom./pc hom.	calc.	2.5YR 6/6	mate	esp.	hom.	2.5YR 4/8	—
5	média	pc hom.	calc.	2.5YR 6/6	mate	esp.	hom.	2.5YR 4/8	—
6	fina/média	hom./pc hom.	mosc.; calc.	2.5YR 6/6	mate	esp.	hom.	2.5YR 4/6	- aderente
7	média	pc hom.	—	7.5YR 7/6	brilh.	esp.	hom.	2.5YR 4/8	compacta
8	fina/média	hom.	mt calc.	2.5YR 6/6	brilh./mate	esp.	hom.	2.5YR 3/6	—
9	média	pc hom.	mt calc.	10R 6/8	mate	fino	hom.	2.5YR 6/6	—
10	média	pc hom.	mosc.; mt calc.	2.5YR 6/6	mate	esp.	hom.	2.5YR 4/6	—
11	fina	hom.	—	2.5YR 6/6	mt brilh.	esp.	hom.	2.5YR 4/8	—
12	fina/média	pc hom.	mosc.; calc.	2.5YR 6/6	brilh./mate	esp.	hom.	2.5YR 4/8	—
13	média	pc hom.	mosc.; calc.	2.5YR 6/6	brilh.	esp.	hom.	2.5YR 5/8	—
14	média	pc hom.	mosc.; calc.	2.5YR 6/6	mate	esp.	hom.	2.5YR 4/8	—
15	média	pc hom.	mosc.; calc.	5YR 6/6	brilh.	esp.	hom.	2.5YR 4/6	—
16	média	pc hom.	mosc.; calc.	2.5YR 6/6	brilh./mate	esp.	hom.	2.5YR 4/8	—
17	média	pc hom.	mosc.; calc.	2.5YR 6/6	brilh.	esp.	hom.	2.5YR 4/8	—
18	fina	hom.	—	5YR 7/4	brilh./mate	esp.	hom.	2.5YR 4/8	rolada
19	grosseira	pc hom.	mt quar.; mosc.; calc.	2.5YR 6/6	—	—	—	—	mt rolada
20	grosseira	pc hom.	mt quart.; mt calc.	2.5YR 6/6	—	—	—	—	rolada
21	grosseira	pc hom.	mt quart.; mt calc.	2.5YR 6/8	lustroso	fino	—	2.5YR 6/8	rolada
22	média	pc hom.	mosc.; calc.	2.5YR 6/6	brilh./mate	esp.	hom.	2.5YR 4/8	mt rolada
23	média/gross.	pc hom.	pc quar.; mosc.; calc.	2.5YR 6/6	mate	fino	pc hom.	2.5YR 6/8	—
24	fina/média	pc hom.	mosc.; pc calc.	2.5YR 6/6	brilh./mate	esp.	hom.	2.5YR 4/8	- aderente
25	fina/média	hom.	calc.	2.5YR 6/6	mate	esp.	hom.	2.5YR 4/6	—
26	média	pc hom.	mosc.; calc.	2.5YR 6/6	mate	esp.	hom.	2.5YR 4/8	- aderente
27	fina	hom.	—	2.5YR 6/4	mate	esp.	hom.	2.5YR 3/6	—
28	média	pc hom.	mosc.; mt calc.	2.5YR 6/6	mate	esp.	hom.	2.5YR 4/8	—
29	média	pc hom.	calc.	2.5YR 6/6	mate	esp.	hom.	2.5YR 4/6	—
30	fina	hom.	—	2.5YR 6/6	mate	esp.	hom.	2.5YR 4/6	—
31	média	pc hom.	mosc.; calc.	2.5YR 6/6	brilh.	esp.	hom.	2.5YR 4/8	—
32	média	pc hom.	mosc.	5YR 6/6	brilh.	esp.	hom.	2.5YR 4/8	—
33	média	pc hom.	mosc.; mt calc.	2.5YR 6/6	brilh.	esp.	hom.	2.5YR 4/8	—
34	média	pc hom.	mosc.; calc.	2.5YR 6/6	brilh.	esp.	hom.	2.5YR 4/8	—
35	média	pc hom.	mosc.; mt calc.	2.5YR 6/6	brilh./mate	esp.	hom.	2.5YR 4/6	—
36	média	pc hom.	mosc.; calc.	2.5YR 6/6	mate	esp.	hom.	2.5YR 4/6	—
37	média/gross.	pc hom.	mosc.; calc.	2.5YR 6/6	brilh./mate	esp.	hom.	2.5YR 4/8	—
38	fina	pc hom.	mosc.	5YR 7/4	bril. acet.	esp.	hom.	2.5YR 4/8	—
39	fina/média	pc hom.	mosc.; calc.; q. leit	2.5YR 6/6	mate	esp.	hom.	2.5YR 4/6	—
40	fina/média	pc hom.	mosc.; calc.; q. leit.	5YR 6/6	mate	esp.	hom.	2.5YR 4/6	—
41	média	hom.	mosc.	2.5YR 6/6	—	—	—	—	—
42	média	pc hom.	quart.; mosc.; calc.	2.5YR 6/6	brilh.	esp.	hom.	2.5YR 4/8	rolada
43	média	pc hom.	mosc.; calc.	2.5YR 6/6	mate	esp.	hom.	2.5YR 4/6	—
44	média	pc hom.	mosc.; calc.	2.5YR 6/6	brilh./mate	esp.	hom.	2.5YR 4/8	—
45	fina/média	pc hom.	mosc.; calc.	2.5YR 6/6	mate	esp.	hom.	2.5YR 4/6	—
46	fina/média	hom./pc hom.	mosc.; calc.	2.5YR 6/6	brilh./mate	esp.	hom.	2.5YR 4/6	—
47	média	pc hom.	quart.; mosc.; calc.	2.5YR 6/8	—	—	—	—	—
48	média	pc hom.	mosc.; calc.	2.5YR 6/6	mate	esp.	hom.	2.5YR 4/8	—
49	média	pc hom.	mosc.; calc.	2.5YR 6/6	brilh.	esp.	hom.	2.5YR 4/8	—
50	média	pc hom.	mosc.; calc.	2.5YR 6/6	mate	esp.	hom.	2.5YR 4/8	- aderente
51	média/gross.	pc hom.	mosc.; calc.	2.5YR 6/6	brilh.	esp.	hom.	2.5YR 4/8	—
52	média	pc hom.	mosc.; calc.	2.5YR 6/6	brilh.	esp.	hom.	2.5YR 4/8	—
53	fina/média	hom.	—	2.5YR 6/6	mate	esp.	hom.	2.5YR 4/6	- aderente
54	média	hom.	calc.	2.5YR 6/6	mate	esp.	hom.	2.5YR 4/8	—
55	média	pc hom.	mosc.; calc.	2.5YR 6/6	brilh./mate	esp.	hom.	2.5YR 4/6	—

Quadro 3. Tabela de caracterização das pastas e engobes.

N.º	PASTA				ENGOBE				Observ.
	textura	homog	e.n.p.s	cor	brilho	espessura	homog	cor	
56	média	pc hom.	mosc.; calc.	2.5YR 6/6	mate	esp.	hom.	2.5YR 4/6	—
57	fina/média	hom./pc hom.	mosc.; calc.	2.5YR 6/6	mate	esp.	hom.	2.5YR 4/8	—
58	média	pc hom.	mosc.; mt calc.	2.5YR 6/6	brilh./mate	esp.	hom.	2.5YR 4/6	—
59	fina/média	hom./pc hom.	mosc.; calc.	2.5YR 6/6	brilh./mate	esp.	hom.	2.5YR 4/8	—
60	média	pc hom.	mosc.; calc.	2.5YR 6/6	brilh.	esp.	hom.	2.5YR 4/8	—
61	média	pc hom.	mosc.; calc.	2.5YR 6/6	brilh./mate	esp.	hom.	2.5YR 4/8	—
62	média	pc hom.	mosc.; calc.	2.5YR 6/6	mate	esp.	hom.	2.5YR 4/6	—
63	grosseira	pc hom.	mt quartzo; calc.	2.5YR 6/8	baço	fino	hom.	2.5YR 6/8	—
64	grosseira	pc hom.	quartzo; calc.	2.5YR 6/8	lustroso	fino	pc hom.	2.5YR 6/8	—
65	média/gross.	pc hom.	mt quartzo; calc.;	2.5YR 6/8	lustroso	fino	—	2.5YR 6/8	rolada
66	média/gross.	hom.	mosc.	2.5YR 6/8	mate	fino	hom.	2.5YR 6/8	—
67	média	pc hom.	calc.	2.5YR 6/6	baço	fino	pc hom.	2.5YR 6/8	—
68	média/gross.	pc hom.	mt quart.; mt calc.	2.5YR 6/6	—	—	—	—	—
69	grosseira	pc hom.	mt quart.; mt calc.	2.5YR 6/8	—	—	—	—	—
70	grosseira	pc hom.	mt quart.; mt calc.	2.5YR 6/6	baço	fino	hom.	2.5YR 6/6	—
71	média	pc hom.	mt quartzo	2.5YR 6/8	mate	fino	pc hom.	2.5YR 6/8	- aderente
72	média/gross	pc hom.	quart.; mosc.; calc.	2.5YR 6/8	—	—	—	—	mt rolada
73	média	pc hom.	mt mosc.; calc.	2.5YR 6/8	—	—	—	—	rolada

1.3. Terra sigillata *itálica*

1.3.1. N.º de fragmentos

Foram registados 2 fragmentos de peças de fabrico itálico.

1.3.2. Tipologias identificadas

As tipologias representadas são: *Consp. 50.4.2 (1)* e *Consp. 33.4.1(1)*.

Consp. 33.4.1- n.º 38

Comentários:

- Apresenta várias moldurações externas características deste fabrico.
- O facto de não apresentar guilhoché pode corresponder a uma produção mais tardia.

Consp. 50.4.2 – n.º 2

Comentários:

- *Terra sigillata* tardo-itálica ou padana.
- Não foi identificado um paralelo tipológico indiscutível; a tipologia é sugerida por características que se reflectem claramente nesta peça, tais como a existência de uma decoração a barbotina com uma faixa de círculos secantes; mas, são vários os elementos distintivos: pé recuado em relação à parede; parede com tendência para abrir sugerindo uma taça e não um copo; ligação entre o fundo e o bordo apresenta uma espessura acentuada.
- Paralelo muito similar também encontrado em Tróia que apresenta, genericamente, as mesmas características morfológicas e também ao nível da pasta e do engobe; fracturado no fundo também poderia apresentar um pé recuado; bordo com perfil côncavo; tipologia sugerida Atlante XLII (Sepúlveda, 1996, p. 16-17).

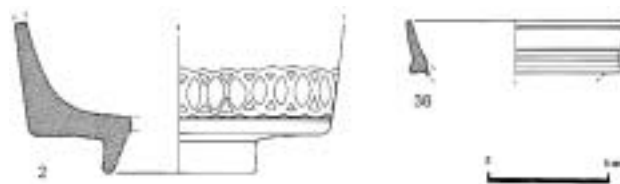


Fig. 2 Terra sigillata itálica.

1.4. Terra sigillata sudgálica

1.4.1. N.º de fragmentos

Existem na colecção um total de 26 fragmentos de peças de fabrico sudgálico.

1.4.2. Tipologias identificadas

As tipologias representadas são: Drag. 15/17 (2), Drag. 15/17R (4), Drag. 18/31 (6), Drag. 18/31 R (2), Drag. 24/25 (1), Drag. 27 (3), Drag. 30 (1), Drag. 33 (1), Ritt 5 (1), Ritt 8 (1); 4 peças indeterminadas.

Drag. 15/17 – n.º s 26 e 27

Comentários:

- O fragmento n.º 27 apresenta um sulco no fundo externo, característica típica das produções hispânicas, no entanto a fractura concoidal e os restantes pormenores tipológicos sudgálicos não deixam dúvidas na atribuição do fabrico.

Drag. 15/17R – n.º s 17, 28, 32 e 59

Comentários:

- Polak (2000, p. 99) distingue este subtipo a partir das diferenças registadas essencialmente no pé, que se apresenta aqui com uma secção “mais rectangular”.
- Atinge grande sucesso desde o início da sua produção até ao período de Cláudio.
- Os fragmentos 17 e 32 pertencem à mesma peça mas não permitem colagem.

Drag. 18/31 – n.º s 3, 4, 8, 11, 14 e 25

Comentários:

- Das formas com maior n.º de fragmentos, tal como sucede noutros locais de referência como Belo, Conímbriga e Santarém.
- A peça n.º 3 apresenta um grafito no fundo do lado externo sendo, no entanto, indecifrável.
- O fragmento n.º 4 é também caracterizado por um grafito na mesma zona de difícil leitura; apresenta ainda marca de oleiro onde se reconhece apenas O(...), que corresponderá, muito provavelmente, ao início da palavra *officina* (muitas vezes abreviado: OFF), mas sendo impossível identificar o oleiro e a sua origem exacta.

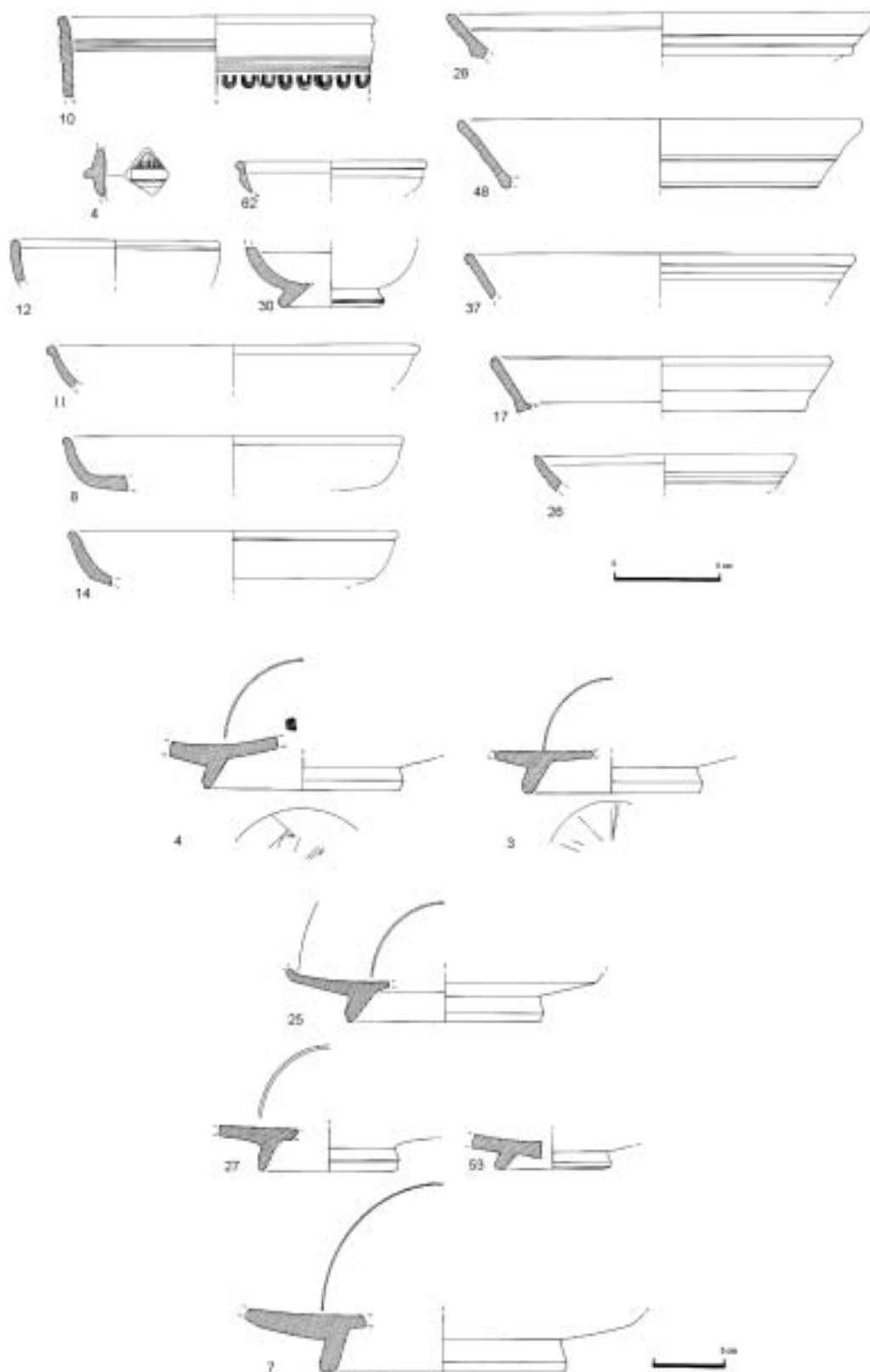


Fig. 3 Terra sigillata sudgálica.

Drag. 18/31R – n.º s 7 e 48**Comentários:**

- Ambos os fragmentos são oriundos do centro produtor de Montans, mas apresentam-se sem a tradicional decoração em guilhoché no fundo interno, o que obriga a algumas reservas na sua classificação tipológica.
- Subtipo também identificado por Polak (2000, p. 97) baseando-se nas mesmas características, afirmando-se, em termos de difusão, na década de 50 do século I d.C.

Drag. 24/25 – n.º 53**Drag. 27 – n.º s 30, 40 e 62****Comentários:**

- No fragmento n.º 30, os sulcos na face externa do pé confirmam a atribuição do fabrico sudgálico.
- O fragmento n.º 62 não parece corresponder a um fabrico das oficinas de La Graufesenque; o sulco de inflexão no bordo remete para o período de Nero.

Drag. 30 – n.º 10**Drag. 33 – n.º 37****Ritt. 5B – n.º 42****Comentários:**

- Não se trata de uma peça tardia pois apresenta um guilhoché fino e um engobe brilhante (Bourgeois e Mayet, 1991, p. 87).

Ritt. 8 – n.º 12**1.5. Terra sigillata hispânica****1.5.1. N.º de fragmentos**

Registam-se 26 fragmentos de peças de produção hispânica.

1.5.2. Tipologias identificadas

Estão presentes na colecção as seguintes tipologias: Drag. 15/17 (6), Drag. 18/31 (1), Drag. 24/25 (2), Drag. 27 (1), Drag. 29/37 (3), Drag. 33 (1), Drag. 35/36 (1); 11 peças indeterminadas.

Drag. 15/17 – n.º s 5, 15, 33, 34, 36 e 60**Comentários:**

- Fragmento n.º 5 próximo do protótipo sudgálico, ao contrário das restantes que não apresentam moldurações no lado externo.
- O fragmento n.º 34 pertence às produções do Sul da Bética, ou seja, de Andújar.

Drag. 18/31 – n.º 57

Drag. 24/25 – n.º s 16 e 31

Comentários:

- Os dois fragmentos pertencem à fase inicial da produção pois apresentam ainda a decoração em guilhocé, com uma forma mais alta que larga e paredes relativamente finas.

Drag. 27 – n.º 13

Comentários:

- Trata-se da forma mais antiga pois apresenta os quartos de círculo com dimensões diferentes e mantém o lábio do bordo.

Drag. 29/37 – n.º s 18, 52 e 54

Comentários:

- Ambas as peças têm insuficientes características tipológicas para serem classificadas sem quaisquer ressalvas.

Drag. 33 – n.º 6

Drag. 35/36 – n.º 43

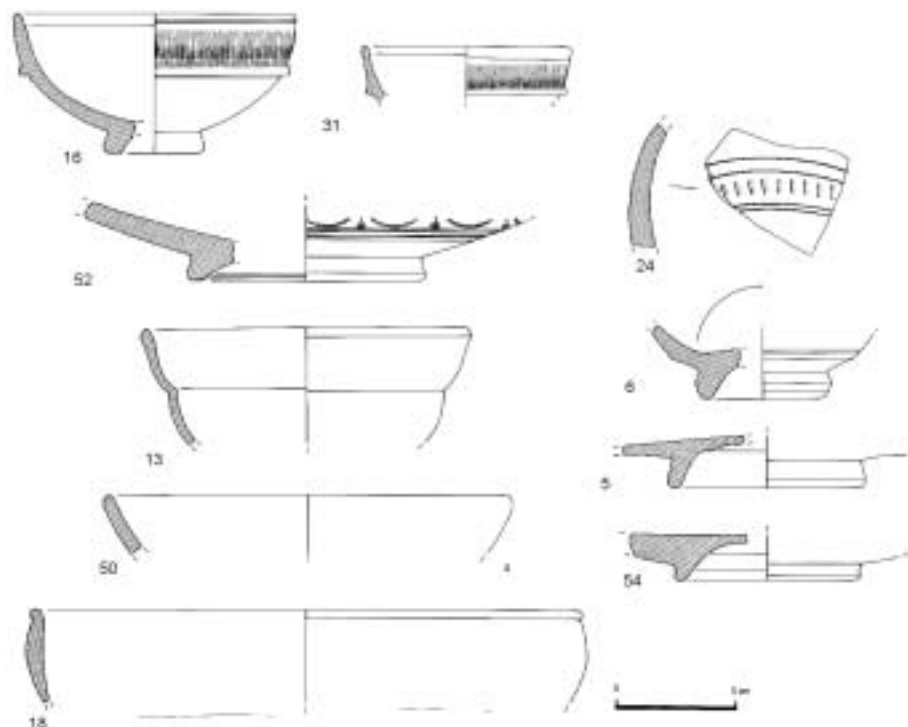


Fig. 4 Terra sigillata hispânica.

1.6. Terra sigillata clara africana

1.6.1. N.º de fragmentos

A colecção compreende 19 fragmentos de peças de fabrico norte-africano.

1.6.2. Tipologias identificadas

As tipologias presentes são as seguintes: Hayes 8A (2), Hayes 52 B (1), Hayes 58B (3), Hayes 59B (1), Hayes 61A (1), Hayes 67 (2), Hayes 91 (1); 8 peças indeterminadas.

Hayes 8A – n.º s 21 e 65

Hayes 52B – n.º 1

Comentários:

- Esta peça apresenta uma decoração de um coelho aplicado cujos parâmetros estão claramente relacionados com os exemplares de *sigillata* clara C com decoração estampada de Tróia (Maia, 1974/77).

Hayes 58B – n.º s 23, 66 e 70

Comentários:

- Apesar da peça n.º 23 não apresentar o bordo completo, foi possível atribuir-lhe esta classificação tipológica, assim como nos outros dois fragmentos mas com menos segurança.

Hayes 59B – n.º 72

Comentários:

- Esta peça apresenta uma espessura e pasta características do fabrico de *terra sigillata* clara C; apesar de estar representada usualmente no fabrico D, o facto da cronologia da forma remeter para uma fase de transição entre as duas produções justifica a opção pelo fabrico C.

Hayes 61A – n.º 47

Hayes 67 – n.º s 9 e 71

Comentários:

- O fragmento n.º 9, apesar de bojo, apresenta uma decoração estampada de 5 círculos concêntricos, o último deles denteado, e folhas de palma com dupla lingueta central, que segundo Hayes poderá estar relacionada com a forma 67.
- A peça n.º 71 é constituída, pelo menos, por dois fragmentos fracturados ainda na Antiguidade que se encontram unidos por dois gatos em chumbo, comprovando assim a valorização dada a este prato.

Hayes 91 – n.º 19

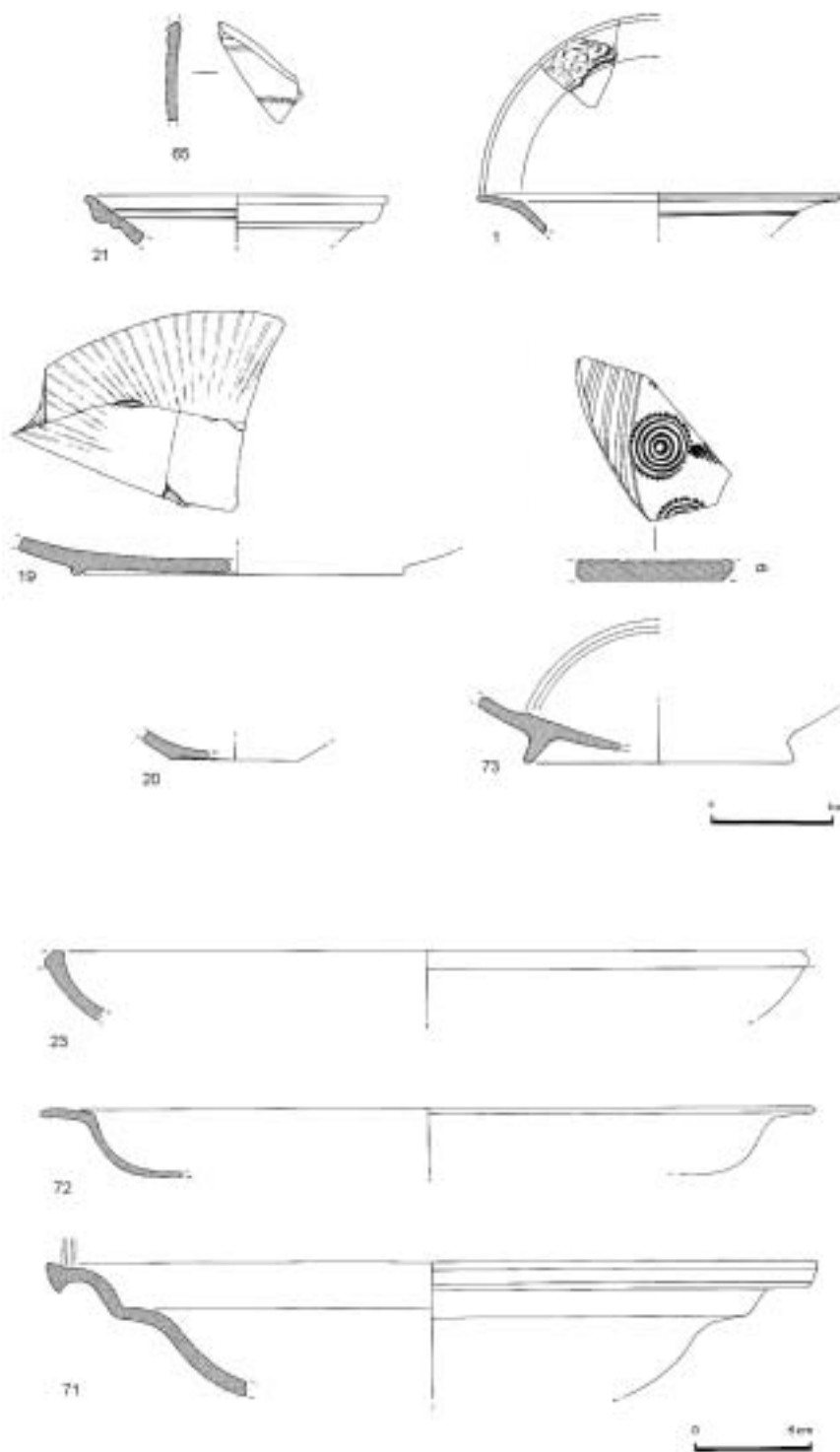


Fig. 5 *Terra sigillata clara africana*.

1.7. Interpretação do padrão de importação de terra sigillata

A terra sigillata do fundão de Tróia apresenta uma realidade que pode ser interpretada como uma dualidade de certa forma contraditória. Por um lado, são identificadas, no conjunto estudado, as tipologias mais bem representadas na maioria dos sítios do ocidente peninsular. No entanto, são também vários, os materiais que remetem para realidades tipológicas pouco conhecidas.

A terra sigillata itálica encontra-se mal representada no fundão de Tróia, com apenas dois fragmentos. De qualquer forma, um dos fragmentos pertence à produção tardia e é uma das formas consideradas raras, que com um paralelo em Tróia terrestre, pode indicar uma especificidade única no padrão de importação deste núcleo industrial sadino.

No que toca à sigillata galo-romana, é de facto o centro produtor do sul da Gália de La Graufesenque que predomina, no entanto, também são conhecidos vários fragmentos oriundos de Montans. Também aqui são reconhecidas as formas já bem testemunhadas nos locais de referência, como os pratos Drag. 15/17 e Drag. 18/31, e as taças Drag. 24/25 e Drag. 27. Todavia, é especialmente na sigillata sudgálica que se verifica a existência de tipologias consideradas pouco frequentes, tais como a variante "R" das formas Drag. 15/17, e Drag. 18/31R, que são aqui relativamente abundantes. Esta verificação pode sugerir, mais uma vez, uma refinação do padrão de terra sigillata importado para Tróia, no entanto, o facto destas variantes terem sido definidas à pouco tempo torna necessária uma revisão das colecções para que seja possível estabelecer um padrão de ocorrência devidamente fundamentado. É ainda a sigillata galo-romana que marca o início da utilização romana do fundão, em meados do século I d.C.

Nas produções hispânicas, verifica-se uma presença maioritária de peças oriundas do centro produtor de Tricio, no entanto, é cada vez mais arriscado atribuir, sem reservas, fragmentos a este centro visto ser complexa a sua identificação. O risco é maior se tivermos em conta o facto de Tróia ser um centro importador que, em princípio, favorece as rotas marítimas. Seria assim de esperar uma maior concentração de materiais com origem no centro produtor de Andujar, mas são poucos os fragmentos identificados como oriundos da Bética.

Este facto pode ser explicado pela presença, em Tróia, de sigillata clara A, produção africana que estaria em competição com as oficinas da Bética na viragem do século I para o II d.C., uma situação bem documentada para os sítios romanos do Algarve. Os três fabricos africanos encontram-se bem representados no fundão, embora não em tanta quantidade como se documenta em Tróia terrestre. A sigillata clara D marca o fim da utilização romana do fundão de Tróia, todavia, a presença em terra de materiais posteriores (como por exemplo a cerâmica focense tardia) sugere um provável prolongamento dessa mesma utilização (Étienne et. al., 1994, p.47 e 48).

Deste modo, o conjunto de terra sigillata do fundão de Tróia que é aqui representado encontra-se relativamente bem distribuído pelos diversos fabricos conhecidos.

Em termos percentuais, a ordem crescente dos valores que remetem para cada um desses fabricos é a seguinte (Fig. 6):

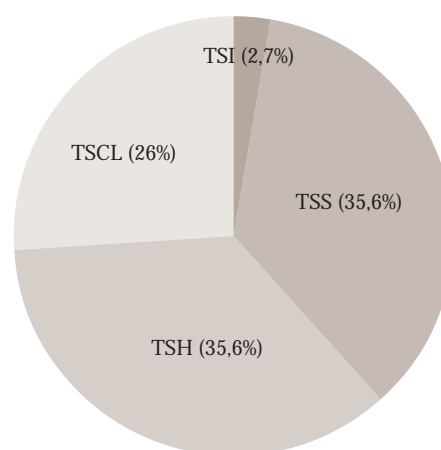


Fig. 6 Valores percentuais dos fabricos de terra sigillata presentes no fundeadouro de Tróia.

As percentagens conhecidas de outros sítios de referência, tais como Santarém, Conímbriga, Belo, São Cucufate e Represas, remetem para um ritmo de importações variada, muito provavelmente própria de peculiaridades patentes em cada caso.

Quanto à *sigillata* do complexo industrial de Tróia, quando comparado com os valores aqui apresentados, nota-se uma diferença acentuada, desde logo, nas percentagens dos diferentes fabricos. De facto, verifica-se em Tróia um predomínio claro da *sigillata* clara africana, principalmente no que toca às cerâmicas claras D. Esta circunstância é muito provavelmente devida ao facto de remeterem para materiais que foram recolhidos a partir das camadas superiores, onde estariam presentes, essencialmente, as produções de *terra sigillata* mais tardia (Étienne et. al., 1994, p. 25, 29, e 30).

O número mínimo de indivíduos (nmi) e o número máximo de indivíduos (NMI) parecem ser os critérios de quantificação que proporcionam balizas quantitativas, estabelecendo o limite inferior e o superior da amostragem, dentro do qual se encontrará o número exacto de indivíduos. Foram assim identificados os seguintes valores:

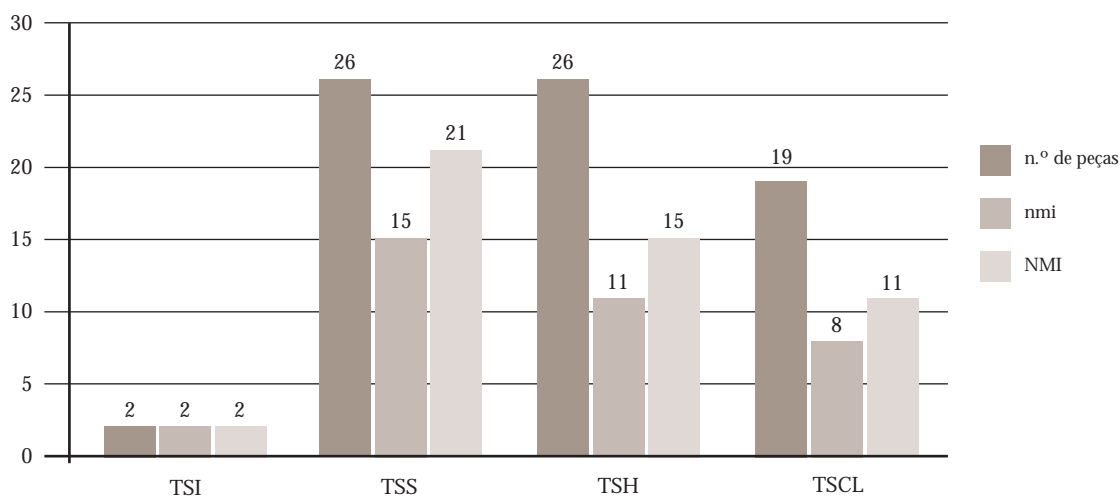


Fig. 7 Comparação quantitativa dos diferentes fabricos de *terra sigillata* do fundeadouro de Tróia.

Outro dos critérios interpretativos utilizados pelos especialistas é o das quantidades médias anuais onde se processa a divisão do número de peças de cada fabrico pelo número de anos em que decorreu a importação. O número reduzido de *sigillatae* do fundão de Tróia, conhecidas e mobilizadas para este trabalho, não permite utilizar este método com o rigor desejado. Todavia a observação dos resultados neste âmbito aplicado noutros locais revela, mais uma vez, a diversidade de situações que caracterizam, de uma maneira geral, o panorama de importação do ocidente peninsular na Antiguidade.

Parece desde já relevante, ter em conta que este tipo de análise requer uma consciência, por parte dos investigadores, considerando os limites interpretativos que a amostragem coloca. No caso do fundão de Tróia, o valor quantitativo que constitui o seu actual *corpus* é muito reduzido e pouco expressivo se considerarmos o universo deposicional a que está associado.

De qualquer forma parece interessante esboçar neste momento algumas linhas interpretativas, mais ou menos fundamentadas, no sentido de criar hipotéticas soluções que serão mais tarde, à luz de novos dados, postos em causa. A formação de um primeiro patamar de conhecimento sobre um determinado sítio torna-se essencial para a evolução do seu reconhecimento enquanto realidade arqueológica.

2. O fundeadouro de Tróia

O presente capítulo, mais do que estabelecer uma leitura integral do fundeadouro de Tróia e da sua utilização na Antiguidade, procura definir linhas de interpretação, salientar as problemáticas, e apontar possíveis linhas de rumo para eventuais estudos futuros.

Entre as questões que se colocam destaca-se a interpretação do contexto deposicional dos materiais recolhidos.

Apresentam-se os aspectos mais teóricos relacionados, por um lado, com a problemática dos depósitos subaquáticos e os factores condicionantes da preservação de materiais e contextos arqueológicos e, por outro, com a dinâmica dos fundeadouros antigos, sua caracterização e utilização.

2.1. Ocupação da zona costeira

O mar, os cursos de água doce e os lagos desde sempre desempenharam uma considerável influência sobre o homem e determinam um forte potencial de implantação de um conjunto de sítios arqueológicos ou de elementos construídos relacionados com actividades como a pesca e exploração dos recursos marinhos em geral, a navegação, defesa territorial e o comércio.

As condicionantes do meio físico reflectem-se ainda na selecção dos espaços onde se instalaram os núcleos populacionais, sobre a linha de costa ou junto à foz e estuários dos rios. A península de Tróia ocupa, neste contexto, uma posição geográfica privilegiada na desembocadura do rio Sado.

As orlas costeiras, embora caracterizadas por ambientes particularmente sujeitos a grandes modificações e instabilidade, são áreas preferenciais de estabelecimento humano desde épocas remotas. Esta opção é condicionada por especificidades locais e pela disponibilidade de recursos. Assim, o mar e todo o seu potencial extractivo representaram um papel fundamental para as populações.

Em Tróia, a especialização económica identificada é bem reveladora da exploração exaustiva, mesmo na Antiguidade, de todo o potencial natural do meio aquático, que neste caso se reportam essencialmente às matérias-primas próprias da indústria de transformação de pescado, ou seja, sal e peixe.

Estes aspectos combinam-se na definição do tipo, da morfologia e da cronologia de ocupação dos sítios arqueológicos.

2.2. Abordagem de sítios arqueológicos submersos

A arqueologia em meio aquático, à semelhança da arqueologia que se pratica em meio terrestre, deve considerar o estudo das reacções dos materiais e contextos deposicionais aos factores ambientais.

Existe uma enorme diversidade de evidências arqueológicas submersas, de tal forma que são poucos os aspectos da investigação arqueológica terrestre que não possam ser complementados ou apoiados por informação proveniente de contextos subaquáticos.

A problemática dos distintos contextos arqueológicos em meio aquático reside na multiplicidade de realidades que podem ser identificadas:

- as ocorrências que não se verificam em contexto terrestre, como evidências perdidas ou depositadas enquanto utilizando a água (a embarcação é o exemplo mais concreto);
- sítios construídos na água ou sobre a água (antigas habitações lacustres e habitações sobre estacaria);
- sítios implantados primeiramente em terra, mas que se encontram actualmente submersos;
- sítios cuja expansão se alargou para o “hinterland” devido à subida do nível das águas, fazendo com que os elementos mais remotos do seu desenvolvimento fiquem submersos;

Regista-se um amplo e complexo espectro de factores que afectam a formação e preservação dos sítios e vestígios, sendo impossível generalizar um padrão comum. De facto, os contextos submersos sofrem a influência de uma grande variedade de factores pós-deposicionais que dependem não só da sua natureza e formação, enquanto realidade arqueológica, mas também da dinâmica física e química própria do meio aquático.

O direccionamento da investigação para os mecanismos e os processos actuantes nos materiais arqueológicos permite melhorar a classificação tipológica dos sítios submersos e fornece uma consciência das eventuais alterações deposicionais. Contudo, nenhum sítio pode ser integrado sem reservas numa categoria perfeitamente definida, correndo o risco de excesso de simplificação da natureza do contexto. O uso sensibilizado do sistema de classificação pode ser muito vantajoso para aprofundar ideias vagas e fundamentar teorias dentro de um quadro conceptual (Dean, 1998, p. 36).

A classificação em termos de grau de sobrevivência não implica, necessariamente, que sítios afectados por fortes factores de perturbação mereçam um tratamento secundário, pois, embora a informação seja mais difícil de extrair destes contextos, o seu potencial informativo ainda é grande. Quanto mais danificado se apresenta um sítio, mais meticolosos devem ser os meios de recolha de evidências, porque compreender os processos que o levaram ao estado actual é indispensável para o decurso interpretativo. No caso do fundeadouro de Tróia, será imprescindível adoptar uma metodologia que permita o registo sistemático quer dos limites e da configuração dos arqueossítios, quer das alterações sofridas pela dinâmica do meio estuarino (neste caso essencialmente devido a correntes).

A capacidade de preservação de vestígios arqueológicos em meio aquático é, genericamente, superior ao grau de conservação em terra, devido às condições excepcionais do ambiente, no caso de se tratar de um depósito selado ou num contexto de fraca amplitude de correntes e marés, mas, caso contrário, verifica-se um acentuado rolamento dos vestígios materiais.

O ambiente impõe a forma como a evidência do passado se preserva, desde alterações químicas no solo, à erosão por acções no mar ou do rio. O ambiente pode desempenhar, também, uma acção fundamental na deposição e movimentação pós-deposicional (diferindo consideravelmente entre zonas estáveis, temperadas ou zonas propensas à acção tectónica e vulcânica).

A influência do ambiente aquático na deposição pode ser muito significativa. A erosão pelas águas e o assoreamento são apenas dois dos processos naturais que têm efeitos óbvios no tipo de informação que sobrevive. Quanto mais dinâmico se apresenta um ambiente, menor será a capacidade de preservação da realidade material e sendo assim, é naturalmente inferior a quantidade e qualidade da informação que se retirará do mesmo.

Em relação aos materiais arqueológicos identificados em meio aquático na área do fundeadouro de Tróia, muitas questões problematizam o seu contexto deposicional. De facto, não se dispendo de informações estratigráficas relevantes da época de recolha da colecção, nem tão pouco de um levantamento arqueológico efectivo posterior, qualquer interpretação dada ao local é, necessariamente, conjectural.

Assim, consideramos duas interpretações particularmente pertinentes para os achados: em primeiro lugar, poderá tratar-se efectivamente dos restos de uma ocupação de um espaço, onde as embarcações lançavam âncora e permaneciam, mais ou menos tempo, com tripulantes que deitavam os detritos do seu quotidiano directamente para o rio ou que perdiam acidentalmente os materiais. Outra das interpretações que se considera pertinente é a da migração para meio aquático de conjuntos materiais e áreas arqueologicamente importantes, nomeadamente devido à subida do nível médio das águas do mar e ao subsequente rolamento para zonas mais baixas.

Esta realidade está bem patente na praia onde se verifica uma densidade surpreendente de fragmentos de cerâmica e muitos deles, apesar de bastante rolados, permitem ainda identificar formas de recipientes. Trata-se de uma realidade material que se verifica desde o núcleo de cetárias, prolongando-se pela praia e pelo leito do rio.

2.3. Os fundeadouros: questões metodológicas

Os locais de aportação representam, ao longo do devir histórico, um papel fundamental nas redes de comunicação e na própria organização territorial. A interpretação da funcionalidade efectiva destes locais implica o reconhecimento de toda a rede de comunicações na qual estes se integram (considerando tanto as vias terrestres como as aquáticas).

Em sentido estrito, um local de aportação não é mais que um ponto na costa marítima, fluvial ou lacustre, no qual um caminho terrestre termina para dar lugar a um caminho sobre as águas até outro ponto de destino, definitivo ou intermédio, a partir do qual prosseguirá novamente por terra firme.

Muitos estuários de rios serviram de refúgio natural à navegação, de ponto de referência e de assistência. No entanto, é indispensável ter em conta que tais zonas não estão isentas de riscos, considerando que as barras que se formam na maior parte das desembocaduras podem constituir uma armadilha fatal para muitos navios, em todas as épocas. Trata-se de uma realidade muito bem testemunhada quer histórica quer arqueologicamente, pois é ao longo da costa e não em alto mar que se verifica a maior parte dos naufrágios. Esta condicionante delimita zonas de risco para a navegação, em grande parte devido à existência de baixios que comprometem, desde logo, a circulação dos navios de grande calado. Esta é uma situação particularmente frequente no eixo ibero-atlântico.

São comuns os pequenos fundeadouros nas imediações de infra-estruturas portuárias, a funcionar em paralelo enquanto abrigos secundários, para pequenas embarcações, muitas vezes, relacionados em época romana com a indústria de *garum* (como é o caso de *Baelo Claudia* e Cádiz).

O fundeadouro serve para pernoitar em segurança, facilita a espera de operações de carga e descarga ou é mesmo o local onde estas operações se processam, se não existir outra possibilidade (Martín Bueno, 1998).

Até à época moderna é frequente o transvaze de pessoas e mercadorias com recurso a barcas, pontões e esquifes até terra, sobretudo para embarcações de um certo calado. Estas estruturas são naturalmente difíceis de reconhecer fisicamente pois seriam essencialmente constituídas por materiais perecíveis (madeira e cabos).

Os fundeadouros, assim como os portos, dispunham de uma certa distribuição especializada dos lugares de carga e descarga segundo mercadorias ou actividades (como a pesca) e mesmo zonas reservadas a determinados armadores.

Os ancoradouros são detectáveis pela abundância de cepos de âncora que se encontram nos fundos, frequentemente perdidos em manobras. A perda de âncoras ocorre também em pontos delicados para as actividades náuticas, sobretudo para a navegação, e é comum em operações de aproximação a terra ou de resguardo da bravura do vento e do mar, que forçava o recurso a todos os meios para deter e imobilizar a embarcação.

Os cepos de âncora não são unicamente testemunhos de lugares de fundeadouro, já que as instalações portuárias são disso muito representativas. A dispersão de materiais e a acumulação de restos de despejos ou simplesmente caídos das embarcações são fortes indicativos de zonas preferenciais e da possível evolução cronológica dos pontos escolhidos.

A evolução cronológica ou a estagnação pode ser avaliada, em algumas ocasiões, através dos testemunhos de actividade coincidentes com distintos momentos históricos.

A continuidade destas instalações em época medieval e posterior poderá constituir um indicador da sua importância e do grau de modernização ou desenvolvimento. Esta condição evolutiva emerge, frequentemente, do crescimento das cidades costeiras ou aglomerados populacionais que suportam as instalações portuárias.

Porto e fundeadouro são realidades distintas, ainda que algumas vezes os conceitos se combinem entre si, mesmo nos tempos modernos, assim como, portos naturais e portos artificiais (englobando nos portos naturais também aqueles nos quais obras precárias permitiram adequá-los à sua função primordial).

No aproveitamento comercial de determinado local de aportação, a geografia desempenha um papel determinante. A procura de espaços naturais ao abrigo dos ventos e das correntes, tendo em conta a capacidade e o calado das embarcações (entre outros aspectos), são constantes de primeira importância a ter em conta na selecção do local ideal. Pode dizer-se que todos ou quase todos os pontos de abrigo natural contaram com facilidades de comunicação interna, com meios de subsistência para a população que se aglomerava em torno ou nas imediações, e, sobretudo, água e aprovisionamento de madeiras e outras matérias para construção naval, no caso de aí se construírem embarcações. A ausência destas condições naturais compromete a subsistência da instalação humana. A sua manutenção, em tal situação de fracos recursos, é apenas justificada quando existe uma rede de dependências que fornece esses mesmos produtos essenciais (situação verificada em Tróia e que será desenvolvida posteriormente).

Assim, o estabelecimento e a evolução de pontos de aportação, de cidades ou lugares com instalações portuárias, foram pautados, até tempos históricos bastante recentes, pela geografia e sobretudo, pelo determinismo exercido pela topografia da costa e pela meteorologia (fundamentalmente, correntes e ventos).

As pequenas manobras de transferência de pessoas e mercadorias podem ser efectuadas genericamente em qualquer parte, mas as dificuldades aumentam, mesmo nos casos de condicionamentos geográficos mais benévolos, quando estas manobras são alargadas pelo volume e qualidade da carga a transportar e outros múltiplos factores.

Para além dos portos e fundeadouros, os naufrágios são muito importantes para a determinação de rotas e escalas, vias preferenciais e limitações impostas por razões naturais e políticas que fechavam ou abriam caminhos segundo as circunstâncias. A presença de barcos afundados pode ainda marcar os pontos perigosos para a navegação, sendo já bem conhecidos múltiplos casos onde se identificou mais de um naufrágio num mesmo local. Expressivo desta situação é o caso do Grand Congloué onde se verificou a sobreposição de um navio naufragado em relação a um naufrágio anterior (Benoit, 1961).

A ausência de cartografia (dada a impossibilidade de traçar cartas náuticas dos fundos com aproximação) e de auxílios à navegação (os faróis eram pouco abundantes), provocaram inúmeros naufrágios, junto a estreitos, barras e rochas não visíveis. Desta forma, as embarcações naufragam ou encalham nas imediações da costa, pelo que a aproximação a terra era repleta de potenciais incidentes, por vezes fatais.

2.4. A dinâmica de utilização do fundeadouro de Tróia

Apesar de já terem sido anteriormente referidas algumas especificidades do ancoradouro de Tróia, procura-se neste capítulo caracterizar pormenorizadamente e esboçar algumas linhas interpretativas quanto à sua dinâmica de utilização.

O fundão encontra-se localizado a cerca de 200 m da praia da Califórnia, na península de Tróia, e apresenta uma forma alongada, com uma área de cerca de 1370 x 350 m e uma orientação que acompanha a linha de costa, ou seja, no sentido noroeste-sudeste. A sua profundidade ronda os 20 e os 25 m, números que contrastam com os valores batimétricos da área envolvente com uma média de 15 m de profundidade (Fig. 1).

A localização geográfica do fundão sugere, desde logo, uma relação directa com o centro industrial de Tróia, não apenas pela sua proximidade física mas principalmente pelo seu enquadramento estratégico.

De facto, se analisarmos a distribuição das várias estruturas do complexo produtivo de Tróia, principalmente as que estão sobrepostas à praia fluvial, notamos que existe uma associação clara com os limites do ancoradouro. Apesar de considerar que o que conhecemos hoje sobre Tróia corresponda, muito provavelmente, a uma parte relativamente pequena do que foi outrora este grande complexo industrial na Antiguidade, parece sustentável reconhecer que a área que é hoje observável corresponda à zona de maior produção, onde se efectuariam as tarefas próprias para o carregamento de ânforas piscícolas.

O facto de se tratar de um fundeadouro de grande profundidade (20-25 m), não parece corresponder a problemas de ventos, que seriam relativamente pouco condicionantes, isto se tivermos como termo de comparação as dificuldades verificadas em mar aberto.

Estas dificuldades estão bem patentes no ancoradouro da Berlenga, onde a localização em mar aberto, implica uma situação de muito maior exposição às intempéries. Aqui é necessário aplicar todo um conjunto de técnicas e equipamentos particularmente resistentes para fundear (Blot, 2001).

Os contextos estuarinos também apresentam condições adversas para a navegação, nomeadamente as correntes, que dificultam a manutenção de uma embarcação fundeada.

Outro dos elementos que justifica uma área de fundeio de grande profundidade é a necessidade de ter em conta a existência de embarcações de grande calado. A navegação no Atlântico e a identificação de rotas com percursos relativamente longos, implicam uma maior capacidade de carga dos navios e uma respectiva adaptação morfológica dos mesmos a este tipo de náutica.

Por outro lado, no Mediterrâneo, as diferentes condicionantes estão claramente expressas nos fundeadouros que já foram identificados. A título de exemplo, os ancoradouros conhecidos na zona de Alicante apresentam, na sua maioria, níveis que se encontram entre os 5 e os 15 m de profundidade (Belinchón, 1997, p. 119).

É possível, assim, distinguir dois tipos de fundeadouro: o atlântico e o mediterrânico, sendo que o primeiro por apresentar factores de maior condicionamento (existência de navios de maior

calado e problemas de ventos e correntes) necessite de uma maior resistência de todo o aparelho de fundear. Esta resistência é reflectida tanto na âncora (que apresenta grandes dimensões) como na profundidade a que se encontra, pois aumenta o seu peso efectivo.

2.5. A ocupação associada ao fundeadouro de Tróia

O presente capítulo refere-se essencialmente ao povoado industrial de Tróia, e tem como principal objectivo caracterizar essa mesma realidade arqueológica de certa forma dependente (e também geradora de dependência) em relação ao ancoradouro a que está profundamente ligada.

Situada no estuário do rio Sado, na sua margem esquerda, em frente à actual cidade de Setúbal³, a área de ocupação romana da península de Tróia remonta aos inícios do século I. A zona de maior concentração de vestígios estende-se por cerca de 1 km.

Os objectivos deste núcleo estariam muito bem definidos e especializados na exploração e transformação de recursos marino-estuarinos. Este terá sido um dos principais centros de preparação de preparados piscícolas de todo o mediterrâneo Ocidental, integrando um vasto conjunto de tanques rectangulares e quadrangulares impermeabilizados e revestidos a *opus signinum*.

É possível identificar em Tróia um certo capitalismo de mercado, reconhecendo-se, no entanto, o risco de utilizar conceitos de economia moderna (Étienne et al., 1994, p. 163 e 164). De facto, o aspecto mais visível de Tróia é a concentração, num mesmo espaço, de numerosas unidades de produção. Não será o único caso, mas dificilmente se prova a mesma situação em *Olisipo*, *Caetobriga* ou *Balsa*.

Esta concentração é devida à convergência de elementos fundamentais para a produção: peixe abundante, sal presente ao longo de todo o estuário do Sado e uma facilidade na recepção de ânforas, produzidas do outro lado do rio, onde o fundeadouro desempenha um papel chave.

Outro dos aspectos remarcáveis é a dimensão da produção. Esta actividade fluvial considerável, deve subentender um certo número de infra-estruturas, não só destinadas para a exportação propriamente dita, mas também para o transporte local de sal, ânforas vazias, e de peixe que sustenta essa mesma exportação.

O fabrico de ânforas foi uma das actividades subsidiárias da indústria de preparados piscícolas, produzindo os recipientes para o transporte destes produtos alimentares. São conhecidos oito locais com vestígios de olarias romanas, todos eles localizados na margem direita do rio Sado: Barrosinha, Bugio, "Enchurrasqueira"⁴ - Vale da Cepa, Abul, Pinheiro, Zambujal, Quinta da Alegria e a área urbana de Setúbal. Não é de todo improvável a existência de outras olarias romanas no Sado produtoras de material anfórico, mas não estão documentados actualmente mais locais com vestígios de entulheiras e/ou fornos.

A ligação de Tróia a estes centros produtores de ânforas parece ser evidente visto tratar-se de um todo comercial do estuário do Sado e que se materializa na exportação de bens alimentares, nomeadamente, de preparados piscícolas. Pode ser assim subentendido um trânsito bastante intenso de embarcações entre as duas margens, ligação esta, que terá deixado vestígios, principalmente se tivermos em conta o facto de se tratar de um canal com eventuais perigos, nomeadamente, baixios e diversas zonas secas, principalmente nas baixas marés.

Esta é, todavia, uma observação que se baseia na documentação cartográfica e batimétrica actuais, que muito provavelmente não corresponderão, na totalidade, à realidade geográfica da Antiguidade. De facto, é necessário notar que nos referimos a zonas estuarinas, muito propensas para a acumulação de sedimentos e que apresentam normalmente um acentuado índice de asso-

reamento. Seria necessário conhecer a dinâmica de sedimentação do fundo fluvial do estuário do Sado, principalmente nos últimos dois mil anos, para compreender a sua génese e identificar as tendências geológicas desta área.

A pesca é documentada através de abundantes anzóis, maioritariamente em bronze (Ribeiro, 1970, p. 230), predominando os de grandes dimensões, adequados para a captura de espécies de grande porte e de profundidade (Antunes, 1996, p. 59). Outros testemunhos desta actividade são os pesos e as agulhas de coser redes de pesca.

O Mediterrâneo em geral é pobre para a faina piscatória, por isso, despertou tanto a atenção dos autores gregos e latinos a abundância de todo o tipo de espécies na costa da *Hispania* (Blázquez Martínez, 1999, p. 107). Esta abundância justificou que na linha de costa, desde o estuário do Tejo à actual província de Alicante, proliferassem as fábricas de preparados piscícolas.

Para o Mediterrâneo Central e Oriente exportavam-se grandes quantidades destes preparados como produtos de grande qualidade que em Roma tinham um preço bastante elevado.

Restos de ânforas, que transportariam *garum* da *Hispania*, são identificadas frequentemente em muitos pontos do império (mesmo nos mais remotos), mas até hoje pouco se sabe sobre este comércio (Remesal Rodríguez, 1999, p. 286).

A economia deste estuário encontra-se fortemente voltada para a exploração dos recursos marinhos, com uma já referida relevante concentração na península de Tróia, revelando uma capacidade produtora sem paralelos no mundo romano (Fabião, 1996, p. 42).

Tróia poderia representar um prolongamento da Setúbal romana, desempenhando uma actividade específica, enquanto grande complexo industrial que dependeria dos bens essenciais provenientes da margem direita (tais como, produtos alimentares, construção, recipientes cerâmicos e sal). Daí a importância de uma circulação também dentro do estuário que, perante estas necessidades, seria relativamente intensa.

Assim, a ausência de recursos naturais diversificados, implica que Tróia disponha de uma rede de interdependências que remete tanto para os diversos núcleos populacionais da margem direita do Sado, como para áreas localizadas fora da zona estuarina. O processo de abandono de Tróia corresponde, muito provavelmente, à decadência destes circuitos essenciais à manutenção das populações que trabalhariam no complexo industrial e que viveriam na península.

No período islâmico, a ocupação do estuário do Sado é protagonizada por Alcácer do Sal (que se afirma com um estaleiro naval) em detrimento das zonas mais próximas do mar, nomeadamente Tróia e Setúbal, visto tratar-se de um período de instabilidade relacionado com a pirataria e as iminentes incursões cristãs oriundas do norte, que se verificariam com maior intensidade nas áreas costeiras. No entanto, a península de Tróia pode ter representado, neste período, um importante ponto de controlo da paisagem costeira, através de uma possível atalaia que serviria de eixo com Alcácer do Sal e Palmela possibilitando uma ligação visual entre estes três núcleos.

Apesar de tudo o que já foi referido, o estudo do comércio do Sado encontra-se dificultado devido à pouca informação publicada, principalmente quando comparada com a dimensão das realidades arqueológicas existentes.

De qualquer forma, é possível reconhecer, sem grandes dúvidas, que o início da produção em Tróia terá sido entre o segundo e o terceiro quartel do século I até meados do século V, sendo possível uma maior longevidade. Trata-se de um longo período que pressupõe diferentes fases de crescimento, estabilidade, reestruturação e declínio, cujos ritmos são ainda mal conhecido

3. Considerações finais

O conjunto das cerâmicas de *terra sigillata* objecto do presente estudo integram uma colecção de materiais bem mais vasta, atribuível à ocupação romana de Tróia.

A localização geográfica privilegiada da península na entrada do estuário do Sado, que na Antiguidade terá sido uma ilha de acordo com os resultados da investigação geomorfológica (Étienne et al., 1994, p. 17), terá contribuído para a fundação do estabelecimento. A disponibilidade de um espectro específico de recursos naturais e a acessibilidade, essencialmente, marítima e fluvial terão contribuído para a especialização morfofuncional do mesmo.

A amostra material que foi recuperada no fundeadouro corresponderá, muito provavelmente a uma parte diminuta da globalidade do potencial arqueológico da área.

A cronologia de ocupação que se pode aferir a partir da datação das produções de *sigillata* centra-se entre meados do século I d.C. e os inícios do século V d.C. Esta baliza cronológica coincide com a extraída do estudo das ânforas de preparados piscícolas (Diogo, 1990).

Esta situação comprova o facto do fundeadouro acompanhar a diacronia de ocupação do de Tróia e a sua datação ser idêntica à do contexto terrestre, uma vez que este só faz sentido ao serviço do núcleo urbano e industrial.

As *sigillatae* demonstram que as tipologias, tal como a origem geográfica dos fabricos, correspondem tanto aos grupos de produção mais frequentemente representados em outros contextos arqueológicos de referência, como a formas consideradas raras.

O tratamento desta área, com enorme potencial para a arqueologia subaquática, ainda é bastante incipiente. Colocam-se mais questões quanto à ocupação e funcionalidade do fundeadouro, do que as respostas seguras que se possam avançar. Assim, abre-se um amplo espaço para futuras investigações que possam servir de referência para o conhecimento da navegação marítima e da sua relação com a navegação fluvial a partir de pontos de referência na costa ocidental da Península Ibérica.

Tróia terá representado, na Antiguidade, um dos pontos da linha de costa com maior relevância na circulação de pessoas, bens e ideias no eixo de relação terra/meio aquático, uma vez que, como já foi referido, as rotas marítimas só fazem sentido quando relacionadas com pontos de chegada e novos caminhos em terra.

NOTAS

* Museu Municipal da Vida Subaquática e da História Submersa / Centro Português de Actividades Subaquáticas.

¹ Entende-se por fundeadouro um local submerso que apresenta características naturais ideais (profundidade e abrigo face a correntes e ventos fortes) para a sua utilização enquanto ponto de paragem para embarcações. É, por outro lado, um típico arqueossítio representado por uma complexa acumulação de materiais (quer dos próprios aparelhos para fundear, como de vestígios da carga ou da vida a bordo), consequência de repetidas utilizações náuticas, normalmente representativas de uma longa diacronia.

² Este material foi disponibilizado pelo CPAS.

³ Também ela detentora de inúmeros vestígios de ocupação romana, nomeadamente, de cetárias como a Travessa dos Apóstolos e fornos de olaria, como a Quinta da Alegria. Aqui, tal como na península de Tróia a actividade principal seria a indústria de preparados de peixe.

⁴ Este local tem o nome Enxarrouqueira como topónimo original, mas encontra-se incorrectamente identificado na carta militar portuguesa (1/25 000). Trata-se de um sítio arqueológico que já teria sido identificado nos finais do século XIX.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. de (1988) - *O domínio romano em Portugal*. Lisboa: Europa-América.
- ALARCÃO, J. de; ETIENNE, R., eds. (1975) - *Fouilles de Conímbriga*. Vol. IV. Paris: De Boccard.
- ALVES, F. J. S.; REINER, F.; ALMEIDA, M. J. R.; VERÍSSIMO, L. (1988-1989) - Os cepos de âncora em chumbo descobertos em águas portuguesas: contribuição para uma reflexão sobre a navegação ao longo da costa atlântica da Península Ibérica na Antiguidade. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4ª série. 6-7, p.109-185.
- ANTUNES, M. T. (1996) - Troia e *garum*. In *Portugal romano: a exploração dos recursos naturais*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 59.
- BELTRÁN LLORIS, M. (1990) - *Guía de la Cerámica romana*. Zaragoza: Libros Pórtico.
- BENOIT, F. (1961) - *L'épave du Grand Congoué à Marseille*. XVI^e suppl. à Gallia. Paris.
- BÉMONT, C.; JACOB, J. P. (1986) - La terre sigillée gallo-romaine. *Lieux de production du Haut Empire : Implantations, produits, et relation*. Paris. (Documents d'Archéologie Française; 6).
- BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M. (1999) - Los productos de la tierra. In *Hispania: el legado de Roma en el año de Trajano*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, p. 101-109.
- BOURGEOIS, A.; MAYET, F. (1991) - *Les Sigillés. Belo*. Madrid: Casa de Velázquez.
- BLOT, J.-Y.; PATA, A. J.; SALMINEN, M.; CALEJA, P.; ALELUJA, M.; GONÇALVES, P.; BETTENCOURT, J.; ROBB, G.; SWANSON, C.; JONES, C.; DELAUZE, H. G.; PACHOUD, G.; NERHOT, P.; REAL, F.; BLOT, M. L. P.; ALVES, F. J. S. (no prelo) - O fundeadouro da Berlenga. In *Actas do I Congresso de Arqueologia da Região Oeste*, Bombarral, Novembro 2001. Edição policopiada.
- BLOT, M. L. P. (1999) - Museu Municipal da Vida Subaquática e da História Submersa: uma vocação. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4ª série. 17, p. 189-200.
- CABRAL, M. E. F. (1975) - A representação do Crismon nas lucernas tardias de Tróia. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 1, p. 163-168.
- CARANDINI, A. (1981) - Ceramica Africana. In *Atlante delle forme ceramiche I. Enciclopedia dell'Arte antica e orientale*. Roma.
- CARDOSO, G. (1978) - Ânforas romanas no Museu do Mar (Cascais). *Conímbriga*. Coimbra. 17, p. 63-78.
- CARVALHO, T. P. (1998) - A terra sigillata de Monte Mozinho. Dissertação apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia. Penafiel: Museu Municipal.
- CASTILLO BELINCHÓN, R.; ESPINOSA RUIZ, A.; SÁEZ LARA, F. (1998) - Dos fundeadores romanos en la Marina Baja (Alicant): la platja de La Vila (La Vila Joiosa) y L'Olla (Altea). In *III Jornadas de Arqueologia Subacuática. Actas de las Reunión Internacional sobre Puertos Antiguos y Comercio Marítimo*. Valencia: Universitat de Valencia / Generalitat Valenciana, p. 15-19.
- DEAN, M.; FERRARI, B.; OXLEY, I.; REDKNAP, M.; WATSON, K. (1998) - *Archaeology Underwater: the NAS Guide to Principles and Practice*. London: Nautical Archaeology Society.
- DELGADO, M. (1967) - Terra sigillata clara de Conímbriga. *Conímbriga*. Coimbra. 6, p. 47-128.
- DIAS, L. F. (1976-77) - «Terra Sigillata» de Miróbriga. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 2-3, p. 361-410.
- DIAS, L. F. (1978) - As marcas de «Terra Sigillata» do castelo de Alcácer do Sal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 4, p. 145-154.
- DIOGO, A. M. D. (1990) - Quadro tipológico das ânforas de fabrico lusitano. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4ª série. 5, p. 179-191.
- DIOGO, A. M. D. - As ânforas: contentor vinícola privilegiado da Antiguidade. In *Catálogo da Exposição "Uma imagem do Vinho"*. Lisboa, p. 14-15.
- EDMONDSON, C. (1987) - *Two Industries in Roman Lusitania. Mining and Garum Production*. (BAR Internacional Series, 362). Oxford: BAR.
- ÉTIENNE, R.; MAYET, F. (1993-94) - La place de la Lusitanie dans le commerce méditerranéen. *Conímbriga*. Coimbra. 41, p. 201-218.
- ÉTIENNE, R.; MAYET, F. (1997) - La place de Tróia dans l'industrie romaine des salaisons de poisson. In *Itinéraires Lusitaniens*. Paris [s. n.], p. 195-208.
- ÉTIENNE, R.; MAYET, F. (1998) - Cartographie critique des établissements des salaisons de poisson dans la Péninsule Ibérique. In *Méditerranée Antique. Pêche, navigation, commerce*. Comité des travaux historiques et scientifiques, p. 33-57.
- ÉTIENNE, R.; MAKAROUN, Y.; MAYET, F. (1994) - *Un grand complexe industriel a Tróia (Portugal)*. Paris: E. De Boccard.
- ETTLINGER (1990) - *Conspectus formarum Terrae Sigillatae Italico modo confectae*. Bonn: Habelt (Materialien zur römisch-germanischen Keramik; Heft 10).
- FABIÃO, C. (1996) - A exploração dos recursos marinhos. *Portugal romano: A exploração dos recursos naturais*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p.35-58.
- HAYES, J. W. (1972) - *Late Roman Pottery*. London: The British School at Rome.
- HAYES, J. W. (1980) - *Supplement to Late Roman Pottery*. London: The British School at Rome.
- MAIA, M. (1971) - *Contribuição para o estudo da "Terra sigillata" de Tróia de Setúbal*. Dissertação de Licenciatura em História, Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa: Faculdade de Letras.

- MAIA, M.^a (1974-77) - Sigillata Clara com decoração aplicada de Tróia. Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3.^a série. 7-9, p. 365-381.
- MAIA, M.^a (1976-77) - «*Sigillata*» (Paleocristã) cinzenta de Tróia de Setúbal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 2-3, p. 411-418.
- MANTAS, V. (1996) - Comércio marítimo e sociedade nos portos romanos de Tejo e do Sado. In *Ocupação romana dos Estuários do Tejo e do Sado. Actas das Primeiras Jornadas sobre a Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa: Câmara Municipal do Seixal - Publicações Dom Quixote, p. 343-369.
- MAYET, F. (1998) - Contribuição da arqueologia subaquática para o estudo do comércio romano. *Al-madan*. Almada. 7, p. 83-87.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. (1998) - La place de Tróia dans l'économie de l'Hispanie romaine. In *Actas do encontro de Arqueologia da Arrábida* (6 e 7 de Novembro de 1998). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia; 14), p. 85-99.
- MAYET, F.; SCHMITT, A.; SILVA, C. T. (1996) - *Les amphores du Sado*. Paris: De Boccard.
- MARTIN BUENO, M. (1998) - El papel del puerto en el mundo antiguo. In *III Jornadas de Arqueologia Subacuática. Actas da Reunión International sobre Puertos Antiguos y Comercio Marítimo*. Valencia: Universitat de Valencia / Generalitat Valenciana, p. 15-19.
- MEZQUÍRIZ, M. (1985) - *Terra sigillata* ispanica. In *Atlante delle Forme Ceramiche, 2.- Ceramica Fina Romana nel Bacino Mediterraneo (Tardoellenismo e Primo Impero)*. *Enciclopedia delle Arte Antica Classica e orientale*. Roma, p. 109-174.
- PASSELAC, M.; VERNHET, A. (1993a) - Céramique sigillé italique. In PY, M., ed. - *Dicocer Dictionnaire des céramiques antiques (7^{ème} S.A.V.N.Ê.) aux Méditerranée Nord Occidentale (Provence Languedoc en Provence)* (Lattara; 6). Lattes: Association pour la recherche archéologique, p. 554-568.
- PASSELAC, M.; VERNHET, A. (1993b) - Céramique sigillé sud-gauloise. In PY, M., ed. - *Dicocer Dictionnaire des céramiques antiques (7^{ème} S.A.V.N.Ê.) aux Méditerranée Nord Occidentale (Provence Languedoc en Provence)* (Lattara; 6). Lattes: Association pour la recherche archéologique, p. 569-580.
- PARKER, J. (1992) - *Ancient Shipwrecks of the Mediterranean and the Roman Provinces* (BAR International Series, 580). Oxford: BAR.
- PEREIRA, M. G. (1975) - Alguns aspectos da «*Terra Sigillata*» de Tróia (Setúbal). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 1, p. 159-162.
- PICON, M. (1975) - Céramique antique et détermination des provenances. In *Dossier d'Archéologie*. 8, p. 85-93.
- POLAK (2000) - *South Gaulish sigillata with potters stamps from Vecheten*. *Rei Cretarae Romanae Fautorum Acta*. Supplementum 9.
- PUCCI, G. (1980) - Le officine ceramiche tardo-italica. In *Cerâmiques Hellénistiques et romaines. Annales Littéraires de l'Université de Besançon Paris*. Paris, p. 135-157.
- PONSICH, M.; TARRADELL, M. (1965) - *Garum et industries antiques de salaison dans la Méditerranée occidentale*. Paris: Presse Universitaires de France.
- QUARESMA, J. C. (1999) - *Terra Sigillata Africana D e Foecense Tardia* das escavações recentes de Miróbriga (Chãos Salgados, Santiago do Cacém). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2:2, p. 69-81.
- QUINTELA, A. de C.; MASCARENHAS, J. M.; CARDOSO, J. L. (1993-94) - Instalação romana de captação, elevação e armazenamento de água em Tróia (Grândola, Portugal). *Conimbriga*. Coimbra. 33, p. 157-170.
- RIBEIRO, M. (1970) - Anzóis de Tróia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3.^a Série. 4, p.221-236.
- ROCA ROUMENS, M.; FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I. (1999) - *Terra sigillata hispánica: Centros de fabricación y producciones altoimperiales*. Málaga: Universidad de Jaén/Universidad de Málaga.
- REMESAL RODRÍGUEZ, J. (1999) - Hispania en la política alimentaria del Imperio romano. *Hispania: el legado de Roma en el año de Trajano*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, p. 279-287.
- SEPÚLVEDA, E. (1996) - *Terra sigillata* tardo-italica (padana) proveniente de Tróia de Setúbal. *Al-madan*. Almada. 5, p. 13-17.
- SEPÚLVEDA, E.; FARIA J. C.; FARIA, M. (2000) - Cerâmicas romanas do lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3:1, p. 117-140.
- SILVA, C. M. (1996) - Malacofauna da Tróia romana. *Portugal romano: A exploração dos recursos naturais*. Lisboa: Instituto Português de Museus.
- SOUSA, É. M. de (1993/94) - Cerâmica vidrada romana proveniente de Tróia de Setúbal. *Conimbriga*. Coimbra. 32-33, p. 359-370.
- VIEGAS, C. (2001) - *Cerâmica, economia e comércio: a terra sigillata da Alcáçova de Santarém*. Trabalho de síntese apresentado no âmbito das provas de aptidão pedagógica e capacidade científica à Faculdade de Letras de Lisboa. (Edição fotocopiada).

